

Professora americana sugere ao País dolarização completa

ESTADO DE SÃO PAULO

6 Con - Brasil

20 OUT 1993

Argumento a favor da medida é que um dos seus principais efeitos seria tornar irrelevante a política monetária e forçar o governo a uma imediata disciplina fiscal

ROLF KUNTZ

Uma completa dolarização da economia brasileira foi sugerida ontem pela professora da Universidade da Califórnia Irma Adelman, especialista em desenvolvimento econômico e ex-colaboradora do Banco Mundial. Ela enfatizou a palavra "completa" para indicar que todas as transações deveriam passar a ser feitas em dólar, ou em alguma outra moeda aceita internacionalmente. Preços de mercadorias, salários, pensões e orçamentos públicos deveriam ser igualmente convertidos.

Com isso, argumentou Irma, a política monetária se tornaria irrelevante e o governo seria forçado a uma imediata disciplina fiscal. O setor público só poderia ter déficit se conseguisse financiá-lo em dólar. A dolarização, observou Irma, implicaria perda de soberania nos campos monetário e fiscal, mas poderia ser um meio de impedir o caos.

A taxa de câmbio cruzeiro/dólar só seria relevante na conversão inicial, argumentou a economista já que, a partir daí, todas as transações passariam a

ser denominadas em dólar (ou noutra moeda de curso internacional). O que existe hoje, acrescentou, é uma dolarização parcial e iníqua, porque poucos têm acesso ao mercado do dólar.

O professor Roberto Macedo, da USP e secretário de Política Econômica na gestão do ministro da Economia Márcilio Marques Moreira, observou que dolarizar a economia acabaria precipitando a hiperinflação. O argumento mais forte, porém, foi apresentado pelo professor indiano Deepak Nayyar, da Jawaharlal Nehru University, de Nova Delhi: a dolarização atingiria diferentemente os bens transacionados no mercado internacional (tradeables) e os transacionados apenas no mercado interno (non tradeables). Como todos os preços seriam convertidos pela mesma taxa de câmbio, no caso dos non tradeables o ajuste poderia ser feito

por uma redução da oferta. A produção de bens de consumo populares típicos do mercado interno poderia diminuir. Ele não especificou os produtos, mas esse poderia ser o caso de um alimento como o feijão.

Os professores Irma Adelman, Macedo e Nayyar estão participando de uma mesa-redonda sobre Política Social e Liberalização Econômica, em Águas de São Pedro (SP). O encontro é promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

SOBERANIAS
MONETÁRIA E
FISCAL SERIAM
PERDIDAS: O
PREÇO PARA SE
EVITAR O
CAOS, DIZ IRMA

Obstáculos — Macedo fez uma exposição sobre os obstáculos políticos ao ajuste econômico, no Brasil. Toda tentativa de cortar o déficit público, segundo explicou, pode esbarrar num grande número de "contras": a lista inclui congressistas, o Poder Judiciário, empresários, sindicatos,

burocratas, governadores, prefeitos, imprensa, ministro e o próprio presidente da República. Decisões do Judiciário, disse Macedo, nem sempre levam em conta as consequências fiscais e muitas vezes têm um viés "pró-despesa" ou "antiimposto".